



MUNICÍPIO DE TAROUCA

CÂMARA MUNICIPAL

ATA NÚMERO 9/2017-21 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE TAROUCA DE 15 DE FEVEREIRO DE 2018

Aos quinze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito, nesta cidade de Tarouca, edifício dos Paços do Município, antigo Salão Nobre das Reuniões, sob a presidência do Senhor Presidente da Câmara, Valdemar de Carvalho Pereira, com a assistência da Chefe de Divisão da Divisão Administrativa e Financeira, Luísa Maria de Sousa Teixeira Ramos e a presença dos Senhores Vereadores Afonso Manuel Batista Dias e José Damião Lopes Guedes de Melo, não tendo comparecido os Senhores Vereadores Susana Cristina Dias Pereira e José Bruno Gouveia Cardoso, teve lugar a nona reunião desta Câmara Municipal, no mandato autárquico de dois mil e dezassete - dois mil e vinte e um.

Esta reunião estava a agendada para o dia oito de fevereiro findo, mas por conveniência dos serviços, foi adiada para hoje.

Foi deliberado por unanimidade justificar as faltas dos Senhores Vereadores Susana Cristina Dias Pereira e José Bruno Gouveia Cardoso, ausentes por motivo de férias e de compromisso profissional, respetivamente.

O **Senhor Presidente da Câmara** declarou aberta a reunião pelas dez horas.

APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR

Passou-se de imediato à apreciação da minuta da ata número oito da reunião desta Câmara Municipal de vinte e cinco de janeiro findo, a qual foi aprovada por unanimidade sem alterações.

Passou-se de seguida ao

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Presente o Senhor Joaquim Teixeira Borges, residente em Arguedeira, Tarouca, tendo lido em voz alta a intervenção escrita que a seguir se transcreve:

"Senhor Presidente, Senhores Vereadores,

Dois anos e meio depois de ser cortado por interposta pessoa, o caminho da Macieirinha em Arguedeira, aqui continuo de pé-firme a reclamar a sua abertura por quem de direito.

Historial

Na primeira etapa, eu e os outros interessados na reabertura do dito caminho e para não causar melindres, foram várias as vezes que nos deslocamos ao gabinete do Sr. Presidente, onde logo no primeiro dia nos foi dito, que era ali o lugar certo para tratar esse assunto, mas na verdade passados vinte e seis meses e depois de vários documentos entregues, a justificar a veracidade de caminho público e visitas ao local, muitas promessas, mas os resultados foram nulos. Depois de um interregno (por causa das eleições), de vinte e oito meses, depois do corte do dito caminho e sem qualquer resultado à vista, resolvemos tratar do assunto, nas reuniões públicas desta Edilidade (conforme as atas o confirmam). Muitas promessas no sentido de meter um

processo em tribunal, ao referido sujeito e depois nos informariam, até hoje nada e já se passaram três meses, dessa promessa. Como em políticos ninguém manda, na penúltima reunião, resolvi tomar como escudo o diferendo de um caminho que a Câmara em tempos abriu numa propriedade minha, sem o meu consentimento, no sentido de o cortar, se o da Macieirinha, acima citado, não seja reaberto. Entendendo-se que somos todos iguais perante a Lei e como se tem vindo a constatar no mandato anterior, caminhos houve que foram cortados, em Salzedas, Dálvares e Arguedeira, enfim, mais um caminho cortado, não fará grande diferença a estes senhores políticos que nos governam. A minha presença hoje aqui, é para lhes comunicar o seguinte: Como nada fizeram sobre o assunto da reabertura do caminho da Macieirinha, passados trinta meses de o terem cortado, se no prazo de trinta dias, nada for feito para resolver o dito problema, cortarei o caminho que, a Câmara anterior abriu na minha propriedade, denominada Quinta da Bernanda, sem a minha autorização, até porque a gestão do Município de então, nunca quis resolver esse assunto comigo e esta vai pelo mesmo caminho, deixando-o ao abandono, não querendo pavimentá-lo ou proceder à sua limpeza, deixando que por lá vazem toda a espécie de lixo, mantendo-o num abandono total.

Chega de expectativas e de não honrarem os vossos compromissos.

Quanto ao compromisso que o Senhor Vice-Presidente tomou comigo, na reunião do passado mês (e não cumpriu), sobre o lixo de asfalto que enterraram na serra de Santa Helena, não precisa de se preocupar mais, em comprometer a sua agenda, para visitar o lugar, com a minha pessoa, pois vocês devem ter domínio sobre os funcionários destes serviços, para saberem quem e por ordem de quem, o lá vazaram.

Sou homem de cumprir as minhas promessas, por favor, não me obriguem a isso."

O Senhor Presidente da Câmara em resposta disse o seguinte: "O assunto está a ser tratado.

É com muita tristeza que tenho de recorrer aos serviços judiciais para o resolver, porque sempre tentei que fosse resolvido amigavelmente.

Iremos entregar o assunto a um advogado para interpor o processo judicial, conforme já tinha falado com o Senhor Vice-Presidente."

O Senhor Joaquim Teixeira Borges disse que ficou satisfeito com as palavras do Senhor Presidente da Câmara.

Apresentou as suas desculpas, tendo explicado que a sua pressão é no sentido de que as coisas sejam resolvidas.

Solicitou que o avisassem quando soubessem de alguma coisa. Solicitou ainda que façam o caminho que se comprometeram, alcatroando-o, porque existe um compromisso de que iriam limpá-lo.



MUNICÍPIO DE TAROUCA

CÂMARA MUNICIPAL

Terminada a sua intervenção, o Senhor Joaquim Teixeira Borges saiu da reunião.

Não tendo havido assuntos no período de antes da ordem do dia, o **Senhor Presidente da Câmara** deu início à discussão da seguinte

ORDEM DO DIA

PONTO 1 - Contratação de empréstimo a longo prazo, por 20 anos, para financiamento complementar de vários investimentos municipais comparticipados pelo Programa Operacional Regional do Norte- Portugal 2020 - proposta

PONTO 2 - 1ª alteração ao Mapa de Pessoal para 2018 - proposta

PONTO 3 - 1ª Revisão ao Orçamento e ao Plano de Atividades Municipal para 2018 -proposta

PONTO 4 - Aumento temporário dos fundos disponíveis do mês de fevereiro de 2018 - despacho

PONTO 5 - Atualização extraordinária do preço contratual do contrato de aquisição de serviços de recolha de resíduos sólidos urbanos na área do Município de Tarouca e limpeza urbana na Cidade de Tarouca, pelo período de 3 anos - Retificação da deliberação de 07.12.2017

PONTO 6 - Acordo de colaboração entre a Turismo do Porto e Norte de Portugal, E.R. e a Câmara Municipal de Tarouca

PONTO 7 - Minuta do contrato de aquisição de serviços de recolha de resíduos sólidos urbanos na área do Município de Tarouca e de limpeza urbana na Cidade de Tarouca, pelo período de 3 anos - Proposta

PONTO 8 - Autorização prévia genérica para assunção de compromissos plurianuais ou a sua reprogramação - Informação referente ao período de 05.12.2017 a 09.02.2018

PONTO 9 - Isenção de pagamento das taxas devidas pela emissão das seguintes licenças:

- Junta de Freguesia de Mondim da Beira - Desfile de Carnaval (21,70 €);

- Associação de Moradores de Arguedeira - Desfile de Carnaval (21,70 €)

PONTO 10 - Resumo diário da tesouraria

PONTO 11 - Associação DH Tarouca - pedido de atribuição de subsídio para a Taça de Portugal de Downhill - Internacional C1

PONTO 12 - Alteração ao número máximo total de subunidades orgânicas dos Serviços Municipais - proposta

PONTO 13 - Pedido de autorização da alienação do edifício composto por 2 blocos (12 Fogos), sito no lugar de Souto Mercado, na cidade de Tarouca e fixação das respetivas condições gerais - Propostas

PONTO 1 - **CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO A LONGO PRAZO, POR 20 ANOS, PARA FINANCIAMENTO COMPLEMENTAR DE VÁRIOS INVESTIMENTOS MUNICIPAIS COMPARTICIPADOS PELO PROGRAMA OPERACIONAL REGIONAL DO NORTE- PORTUGAL 2020 - PROPOSTA**

Presente a proposta do **Senhor Presidente da Câmara**, que a seguir se transcreve:

"PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA CONTRATAÇÃO DE UM EMPRÉSTIMO A LONGO PRAZO (20 ANOS), ATÉ AO MONTANTE DE 248 406 €, PARA FINANCIAMENTO COMPLEMENTAR DE VÁRIOS INVESTIMENTOS MUNICIPAIS COMPARTICIPADOS PELO PROGRAMA OPERACIONAL REGIONAL DO NORTE- PORTUGAL 2020

PROPOSTA

Na sequência da deliberação desta Câmara Municipal proferida em 25.01.2018, foram consultadas várias entidades bancárias para apresentação de propostas, tendo em vista a contratação de um empréstimo a longo prazo (20 anos), até ao montante de € 248 406, para financiamento complementar de vários investimentos municipais comparticipados pelo Programa Operacional Regional do Norte- Portugal 2020.

Respondeu ao convite do Município uma entidade bancária, cuja proposta foi objeto de análise e enquadramento legal nos termos constantes da informação da Chefe de Divisão da Divisão Administrativa e Financeira, datada de oito de fevereiro corrente, que aqui se dá por integralmente reproduzida.

Com fundamento na mencionada informação, **proponho** a V. Exas. que esta Câmara Municipal, no uso da competência prevista na alínea ccc) do nº1 do artigo 33º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12.09, delibere solicitar à Assembleia Municipal, no uso da competência prevista na alínea f) do nº1 do artigo 25º do mesmo diploma:

- a) autorização para contratar, ao abrigo do disposto no artigo 49º, nºs 1,2 e 5 da Lei nº 73/2013, de 3.09, **com a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo da Beira Douro, CRL, com sede em Lamego, um empréstimo de longo prazo, por 20 anos, até ao montante de € 248 406 (duzentos e quarente a oito mil e quatrocentos e seis euros), à taxa de juro correspondente à média aritmética simples das taxas "Euribor a 6 meses", apurada com a referência ao mês imediatamente anterior ao do início de cada período de contagem de referência, arredondada para a milésima de ponto percentual mais próxima e acrescida de um spread de 1,10%, não podendo em qualquer circunstância, a taxa de juro nominal aplicável ser inferior ao " spread", e nas demais condições constantes da sua proposta.**

O empréstimo a contratar destina-se exclusivamente ao financiamento da contrapartida nacional dos projetos com participação dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI), identificados no mapa anexo à presente proposta, da qual faz parte integrante.

Anexos:

- a) proposta recebidas;
- b) informação da Chefe de Divisão da Divisão Administrativa e Financeira;
- c) mapa demonstrativo da capacidade de endividamento do município.

Paços do Município, 9 de fevereiro de 2018

O Presidente da Câmara,



MUNICÍPIO DE TAROUCA

CÂMARA MUNICIPAL

a) Valdemar de Carvalho Pereira"

Verificou-se que a presente proposta vem acompanhada da única proposta recebidas; da informação da Chefe de Divisão da Divisão Administrativa e Financeira e do mapa demonstrativo da capacidade de endividamento do município. Discutido o assunto, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta e solicitar à Assembleia Municipal, no uso da competência prevista na alínea f) do nº1 do artigo 25º do mesmo diploma:

a) autorização para contratar, ao abrigo do disposto no artigo 49º, nºs 1,2 e 5 da Lei nº 73/2013, de 3.09, com a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo da Beira Douro, CRL, com sede em Lamego, um empréstimo de longo prazo, por 20 anos, até ao montante de € 248 406 (duzentos e quarente e oito mil e quatrocentos e seis euros), à taxa de juro correspondente à média aritmética simples das taxas "Euribor a 6 meses", apurada com a referência ao mês imediatamente anterior ao do início de cada período de contagem de referência, arredondada para a milésima de ponto percentual mais próxima e acrescida de um spread de 1,10%, não podendo em qualquer circunstância, a taxa de juro nominal aplicável ser inferior ao "spread", e nas demais condições constantes da sua proposta.

O empréstimo a contratar destina-se exclusivamente ao financiamento da contrapartida nacional dos projetos com participação dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI), identificados no mapa anexo à presente proposta, da qual faz parte integrante.

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 2 - 1ª ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL PARA 2018 - PROPOSTA

Presente a proposta do **Senhor Presidente da Câmara**, que a seguir se transcreve:

"1ª ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL PARA 2018 PROPOSTA

Considerando:

- a) O disposto no Programa de Regularização Extraordinária de Vínculos Precários, aprovado pela Lei nº 112/2017, de 29.12, e tendo em conta o levantamento efetuado ao nível deste Município e após análise dos postos de trabalho considerados necessários à satisfação de necessidades permanentes;
- b) Que, nos termos no nº2 do artigo 6º daquele diploma,
" Nas autarquias locais e nas situações abrangidas pela LTFP, para efeitos de abertura de procedimentos concursais para regularização extraordinária, os respetivos mapas de pessoal, caso os postos de trabalho correspondentes a atividades de natureza permanente não ocupados sejam em número insuficiente, são aumentados em número estritamente necessário para corresponder às necessidades permanentes reconhecidas pelo órgão executivo, mediante decisão do órgão deliberativo sob proposta daquele." ;

- c) A necessidade de outros postos de trabalho de natureza permanente, a satisfazer mediante recurso à mobilidade ou através da abertura de procedimento concursal,

Proponho a V.Excias que esta Câmara Municipal delibere, no uso da competência prevista na alínea ccc) do n° 1 do artigo 33° do Anexo I à Lei n° 75/2013, de 12.09, solicitar à Assembleia Municipal a aprovação, no uso da competência conferida pela alínea a) do n° 2 do artigo 3° do Decreto-Lei n° 209/2009, de 03.09 conjugado com o disposto na alínea o) do n° 1 do artigo 25° do referido diploma, nos termos do artigo 29° da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n° 35/2014, de 20.06 e no n°2 do artigo 6° da Lei n° 112/2017, de 29.12, **da 1ª alteração ao mapa de pessoal do Município de Tarouca para 2018** em anexo à presente proposta.

Paços do Município, 09 de fevereiro de 2018

O Presidente da Câmara,

a) Valdemar de Carvalho Pereira”

O Senhor Presidente da Câmara disse o seguinte:

“Penso que, neste momento, esta diretiva do Governo de se poder resolver a situação de muita gente que se encontra a exercer funções desde 2009, e que nunca foi resolvida, é importante.

Vamos resolver a situação, mas este processo implica um encargo financeiro muito grande e vai-nos criar alguns constrangimentos na despesa corrente fixa. Espero que os Senhores Vereadores compreendam se nós passarmos por momentos mais difíceis.

Já na altura quando cheguei aqui como Vereador e verifiquei a existência destes trabalhadores, me perguntei, quem é que pode programar o futuro nesta situação?

Após a aprovação da alteração do mapa de pessoal, será aberto um procedimento concursal nos termos da legislação. Só tarefeiras são trinta e duas e nem todas podem entrar, porque os horários não são completos.”

O Senhor Vereador Afonso Manuel Batista Dias disse o seguinte:

“Em primeiro lugar não recebi documentação suficiente sobre esta proposta, para me poder pronunciar com total conhecimento do assunto.

No geral, concordo plenamente, são de louvar estas iniciativas do Governo porque resolvem situações de precariedade existentes em todo os serviços. Concorde que ninguém consegue organizar a vida sabendo que está a receber a recibo verde este mês e não sabe se terá contrato no mês seguinte.

Esta decisão significa um acréscimo da despesa e por isso deverão ter todo o cuidado na análise das reais necessidades do Município.

Lamento que existam pessoas que não são abrangidas por este programa, mas é mesmo assim.



Fl. 173
[Handwritten signature]

MUNICÍPIO DE TAROUCA

CÂMARA MUNICIPAL

Compreendo e para já estou plenamente de acordo e é de saudar a possibilidade que temos nesta altura de regularizar algumas situações de precariedade no trabalho." Discutido o assunto, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta e solicitar à Assembleia Municipal a aprovação, no uso da competência conferida pela alínea a) do n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 03.09 conjugado com o disposto na alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º do referido diploma, nos termos do artigo 29.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20.06 e no n.º 2 do artigo 6.º da Lei n.º 112/2017, de 29.12, da 1.ª alteração ao mapa de pessoal do Município de Tarouca para 2018 em anexo à presente proposta. Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 3 - 1.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E AO PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAL PARA 2018 -PROPOSTA

Presente a proposta do Senhor Presidente da Câmara, que a seguir se transcreve:

"1.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E AO PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAIS PARA 2018

PROPOSTA

Verificando-se a necessidade, superveniente à aprovação do orçamento para o ano 2018, de criar a rubrica da receita * 150101 - "Reposições não abatidas nos pagamentos", em virtude de se prever a arrecadação da mesma no corrente ano, e de criar uma ação não prevista no projeto n.º 78/2018 do Plano de Atividades Municipais:

Proponho a V. Exas que esta Câmara Municipal delibere, no uso da competência prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12.09, submeter à aprovação da Assembleia Municipal, no uso da competência prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do referido diploma, a seguinte proposta de revisão ao Orçamento e ao Plano de Atividades Municipais para o ano **2018**, cujos mapas se anexam:

* 1.ª revisão ao Orçamento da Receita, que apresenta inscrições/ reforços no montante de € 24 100, na referida rubrica 150101 e diminuições no mesmo montante na rubrica 10030199;

* 1.ª revisão ao Orçamento da Despesa, que apresenta reforços e diminuições no montante de € 2 000;

* 1.ª revisão ao Plano de Atividades Municipais, com a inclusão da ação associada à rubrica "020225", no projeto 78/2018- "Atividades", função 2.4.2. Turismo, no valor de € 2 000 e diminuições no mesmo valor.

Foi respeitado o princípio do equilíbrio orçamental.

Outras normas legais aplicáveis: pontos 8.3.1.1 a 8.3.1.4. e 8.3.2.2. do POCAL.

Tarouca, 09.02.2018

O Presidente da Câmara,
a)Valdemar de Carvalho Pereira"

O **Senhor Vice-Presidente** explicou que no final de dois mil e dezassete apresentou uma reclamação sobre faturas da EDP, que foi agora decidida, mediante a emissão de uma nota de crédito, cujo registo exige a criação de verba não prevista inicialmente no orçamento, sendo por isso necessário proceder a uma revisão.

Discutido o assunto, foi deliberado por unanimidade, no uso da competência prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12.09, aprovar a presente proposta e submeter à aprovação da Assembleia Municipal, no uso da competência prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do referido diploma, a seguinte proposta de revisão ao Orçamento e ao Plano de Atividades Municipais para o ano **2018**, cujos mapas se anexam:

* 1.ª revisão ao Orçamento da Receita, que apresenta inscrições/ reforços no montante de € 24 100, na referida rubrica 150101 e diminuições no mesmo montante na rubrica 10030199;

* 1.ª revisão ao Orçamento da Despesa, que apresenta reforços e diminuições no montante de € 2 000;

* 1.ª revisão ao Plano de Atividades Municipais, com a inclusão da ação associada à rubrica "020225", no projeto 78/2018- "Atividades", função 2.4.2. Turismo, no valor de € 2 000 e diminuições no mesmo valor.

Foi respeitado o princípio do equilíbrio orçamental.

Outras normas legais aplicáveis: pontos 8.3.1.1 a 8.3.1.4. e 8.3.2.2. do POCAL.

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 4 - AUMENTO TEMPORÁRIO DOS FUNDOS DISPONÍVEIS DO MÊS DE FEVEREIRO DE 2018 - DESPACHO

Presente a proposta do Senhor Presidente da Câmara, que a seguir se transcreve:

"AUMENTO TEMPORÁRIO DOS FUNDOS DISPONÍVEIS DO MÊS DE FEVEREIRO DE 2018 (ARTIGO 6.º DO DECRETO-LEI N.º 127/2012, DE 21 DE JUNHO)

DESPACHO

O n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 99/2015, de 02.06, considera «fundos disponíveis» as verbas disponíveis a muito curto prazo, que incluem, quando aplicável, e desde que não tenham sido comprometidos ou gastos:

- . A dotação corrigida líquida de cativos, relativa aos três meses seguintes;
- . As transferências ou subsídios com origem no Orçamento do Estado, relativos aos três meses seguintes;
- . A receita efetiva própria que tenha sido cobrada ou recebida como adiantamento;



MUNICÍPIO DE TAROUCA

CÂMARA MUNICIPAL

A previsão da receita efetiva própria a cobrar nos três meses seguintes;

O produto de empréstimos contraídos nos termos da lei;

As transferências ainda não efetuadas decorrentes de programas e projetos do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) e de outros programas estruturais, cujas faturas se encontrem liquidadas e devidamente certificadas ou validadas;

Outros montantes autorizados nos termos do artigo 4.º da LCPA (Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso).

Em 2018, na determinação dos fundos disponíveis das entidades do subsector local, devem ser consideradas as verbas disponíveis relativas aos seis meses seguintes referidas nas subalíneas i), ii) e iv) da alínea f) do artigo 3º da Lei nº 8/2012, de 21.02 (LCPA), e nas alíneas a), b) e d) do nº 1 do artigo 5º do Decreto-Lei nº 127/2012, de 21.06, na sua redação atual, tendo como limite superior, quando se trate de entidades com pagamentos em atraso em 31 de dezembro de 2017, 85% da média da receita efetiva própria, cobrada nos dois últimos anos nos períodos homólogos, deduzida dos montantes de receita e com caráter pontual ou extraordinário (nºs 1 e 2 do artigo 82º da Lei nº 114/2017, de 29.12).

Ora, verifica-se que o saldo inicial dos fundos disponíveis do mês de **fevereiro de 2018** é de - **932 747,95 €**, montante insuficiente para assegurar os compromissos já assumidos e a assumir no período de cálculo, nomeadamente os referentes a remunerações, amortização de empréstimos e despesas gerais de funcionamento.

O art.º 4.º da LCPA determina que, a título excecional, podem ser acrescidos aos fundos disponíveis outros montantes, desde que expressamente autorizados pela Câmara Municipal (alínea c) do nº1).

Por seu turno, o n.º 2 do art.º 6.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho estabelece que o aumento temporário dos fundos disponíveis a que se refere o artigo 4.º da LCPA só pode ser efetuado mediante recurso a montantes a cobrar ou a receber dentro do período compreendido entre a data do compromisso e a data em que se verifique a obrigação de efetuar o último pagamento relativo a esse compromisso.

A execução orçamental do mês de **janeiro de 2018** cumpriu o disposto no artigo 7º da LCPA, conjugado com o disposto no artigo 14º do Decreto-Lei nº 127/2012, de 21 de junho, ou seja, não houve aumento dos pagamentos em atraso (cfr. mapa em anexo).

Neste contexto, e considerando ainda que os fundos disponíveis devem ser determinados até ao 5º dia útil de cada mês:

APROVO, ao abrigo da alínea c) do nº1 do artigo 4º da LCPA e do nº 3 do artigo 35º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12.09, considerando o estrito cumprimento dos limites

estabelecidos no n.º 2 do art.6º do citado Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, **o aumento excecional dos fundos disponíveis do mês de fevereiro de 2018, no valor de € 1 384 000,00, conforme melhor discriminado no mapa em anexo.**

À próxima reunião da Câmara Municipal para ratificação.

Paços do Município, 2 de fevereiro de 2018

O Presidente da Câmara,
Valdemar de Carvalho Pereira"

Discutido o assunto, foi deliberado por unanimidade ratificar o presente despacho do Senhor Presidente da Câmara.

PONTO 5 - ATUALIZAÇÃO EXTRAORDINÁRIA DO PREÇO CONTRATUAL DO CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE RECOLHA DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS NA ÁREA DO MUNICÍPIO DE TAROUCA E LIMPEZA URBANA NA CIDADE DE TAROUCA, PELO PERÍODO DE 3 ANOS - RETIFICAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE 07.12.2017

Presente a informação da Chefe de Divisão da Divisão Administrativa e Financeira, que a seguir se transcreve:

"Atualização extraordinária do preço contratual do contrato de aquisição de serviços de recolha de resíduos sólidos urbanos na área do Município de Tarouca e limpeza urbana na Cidade de Tarouca, pelo período de 3 anos

Informação

Em reunião da Câmara Municipal de 07.12.2017, foi deliberado aprovar a atualização extraordinária do preço contratual do contrato de aquisição de serviços de recolha de resíduos sólidos urbanos na área do Município de Tarouca e limpeza urbana na Cidade de Tarouca, pelo período de 3 anos, celebrado em 29.01.2015, com no consórcio Ecoambiente/RESUR.

Por lapso de escrita, da deliberação constam os valores de € 3.338,50 (total) e de €475,50, quando deveriam constar os valores de € 3.308,62 (total) e de €455,62, conforme informação junta ao respetivo processo.

Assim, solicito a V. Exa. a respetiva retificação.

Deixo à consideração de V. Exa.

Tarouca, 08.02.2018.

A Chefe de Divisão da DAF,

a) Luísa Maria de Sousa Teixeira Ramos"

Discutido o assunto, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente informação e, com fundamento na mesma, retificar a deliberação desta Câmara Municipal de sete de dezembro de dois mil e dezassete, nos seguintes termos: a folhas cento e quarenta e quatro verso do livro de atas número setenta e cinco, onde se lê:" (...) no valor total de € 3.338,50, sendo o valor da despesa em 2017, € 2853 e em 2018 €475,50(...)", deverá ler-se: (...) no valor total de € 3.308,62, sendo o valor da despesa em 2017, € 2853 e em 2018 € 455,62(...)".

PONTO 6 - ACORDO DE COLABORAÇÃO ENTRE A TURISMO DO PORTO E NORTE DE PORTUGAL, E.R. E A CÂMARA MUNICIPAL DE TAROUCA



Fl. 175
[Handwritten signature]

MUNICÍPIO DE TAROUCA

CÂMARA MUNICIPAL

Presente a minuta do acordo de colaboração a celebrar entre a Turismo do Porto e Norte de Portugal, E.R. e Município de Tarouca, o qual estabelece os princípios orientadores que devem presidir a uma eficiente cooperação entre aquelas duas entidades, que contratualiza 9 m2 inseridos no espaço comum de 189 m2 da CIMDOURO, na Bolsa de Turismo de Lisboa, que se realiza nos dias 28 de fevereiro corrente a 4 de março próximo, comprometendo-se o Município de Tarouca a compartilhar financeiramente a Turismo do Porto e Norte de Portugal, E.R. no montante de € 2.750,00 (dois mil e setecentos e cinquenta euros), ao qual acresce IVA à taxa legal em vigor.

O **Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo** informou que o Município vai estar presente na Bolsa de Turismo de Lisboa, com a CIMDOURO.

Discutido o assunto, foi deliberado por unanimidade aprovar a celebração do presente acordo de colaboração.

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 7 - MINUTA DO CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE RECOLHA DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS NA ÁREA DO MUNICÍPIO DE TAROUCA E DE LIMPEZA URBANA NA CIDADE DE TAROUCA, PELO PERÍODO DE 3 ANOS - PROPOSTA

Presente a proposta do **Senhor Presidente da Câmara**, que a seguir se transcreve:

"MINUTA DO CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE RECOLHA DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS NA ÁREA DO MUNICÍPIO DE TAROUCA E DE LIMPEZA URBANA NA CIDADE DE TAROUCA, PELO PERÍODO DE 3 ANOS

PROPOSTA

Na sequência da deliberação desta Câmara Municipal datada de 25.01.2018, a sociedade "FERROVIAL SERVIÇOS, SA" apresentou em 02.02.2018 todos os documentos de habilitação solicitados, bem como a caução prevista no programa do concurso público para adjudicação da aquisição de serviços de recolha de resíduos sólidos urbanos na área do município de Tarouca e de limpeza urbana na cidade de Tarouca, pelo período de 3 anos, aberto por aviso publicado no Diário da república, 2ª série, nº 210, de 31.10.2017 e no Jornal Oficial da União Europeia de 02.11.2017, S210.

Assim, proponho a V. Exas. que esta Câmara Municipal, ao abrigo e em cumprimento do disposto no artigo 98º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29.01, delibere aprovar da minuta do contrato a celebrar, anexa à presente proposta.

Tarouca, 07 de fevereiro de 2018

O Presidente da Câmara,

a) Valdemar de Carvalho Pereira"

O **Senhor Vereador Afonso Manuel Batista Dias** disse que agora há que estar atento à execução do contrato e assegurar que as obrigações assumidas são cumpridas pelo adjudicatário do serviço.

Discutido o assunto, foi deliberado por unanimidade, ao abrigo e em cumprimento do disposto no artigo 98º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29.01, aprovar a presente minuta do contrato de aquisição de serviços de recolha de resíduos sólidos urbanos na área do município de Tarouca e de limpeza urbana na cidade de Tarouca, pelo período de 3 anos a celebrar com a sociedade " Ferrovial Serviços, S.A.".

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 8 - AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS OU A SUA REPROGRAMAÇÃO - INFORMAÇÃO REFERENTE AO PERÍODO DE 05.12.2017 A 09.02.2018

Presente a informação do Senhor Presidente da Câmara, que a seguir se transcreve:

"AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS OU A SUA REPROGRAMAÇÃO

INFORMAÇÃO REFERENTE AO PERÍODO DE 05.12.2017 a 09.02.2018

Para efeitos de cumprimento da obrigação de informação à Assembleia Municipal sobre os compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização genérica concedida por deliberação daquele órgão datada de 10.12.2016, aquando da aprovação dos documentos previsionais para o ano de 2017, junto se anexa a respetiva lista, até 31.12.2017, cujos valores são os seguintes:

Período de 2017.12.05 a 2017.12.31		
Ano	Valor do Período	Valor Acumulado desde 2017.01.02
2018	48 976,69 €	1 131 220,96 €
2019	0,00 €	336 691,89 €
2020	0,00 €	271 397,24 €
2021	0,00 €	255 070,45 €
	48 976,69 €	1 994 380,54 €

Para efeitos de cumprimento da obrigação de informação à Assembleia Municipal sobre os compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização genérica concedida por deliberação daquele órgão datada de 15.12.2017, aquando da aprovação dos documentos previsionais para o ano de 2018, junto se anexa a respetiva lista, até 09.02.2018, cujos valores são os seguintes:

Período de 2018.01.01 a 2018.02.09



176
El. *[Signature]*

MUNICÍPIO DE TAROUCA

Ano	Valor do Período	CÂMARA MUNICIPAL
		Valor Acumulado desde 2018.01.01
2019	275 439,85 €	275 439,85 €
2020	228 394,86 €	228 394,86 €
2021	216 000,00 €	216 000,00 €
	719 834,71 €	719 834,71 €

Paços do Município, 09.02.2018

O Presidente da Câmara,

a) Valdemar de Carvalho Pereira"

Foi deliberado por unanimidade aprovar a presente informação e remeter a mesma à Assembleia Municipal para conhecimento.

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta para produzir efeitos imediatos.

PONTO 9 - ISENÇÃO DE PAGAMENTO DAS TAXAS DEVIDAS PELA EMISSÃO DE LICENÇAS

Foi deliberado por unanimidade ratificar a isenção do pagamento das taxas devidas pela emissão das seguintes licenças:

- Junta de Freguesia de Mondim da Beira - Desfile de Carnaval (21,70 €); e

- Associação de Moradores de Arguedeira - Desfile de Carnaval (21,70 €).

PONTO 10 - RESUMO DIÁRIO DA TESOURARIA

Presente o resumo diário da tesouraria número vinte e sete, de catorze de fevereiro corrente, o qual apresenta um saldo de dotações orçamentais no montante de € 14.523,94 (catorze mil e quinhentos e vinte e três euros e noventa e quatro centimos) e um saldo de dotações não orçamentais no montante de € 278.393,20 (duzentos e setenta e oito mil e trezentos e noventa e três euros e vinte centimos).

Foi tomado conhecimento.

PONTO 11 - ASSOCIAÇÃO DH TAROUCA - PEDIDO DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO PARA A TAÇA DE PORTUGAL DE DOWNHILL - INTERNACIONAL C1

Presente um email datado de oito de fevereiro corrente, remetido pela Associação DH Tarouca, solicitando a atribuição de um subsídio para a Taça de Portugal de Downhill - Internacional C1, que terá lugar nos dias vinte e quatro e vinte e cinco de fevereiro corrente, cuja organização orça no montante de €8.000,00 (oito mil euros). Discutido o assunto, foi deliberado por unanimidade apoiar a realização da Taça de Portugal de Downhill - Internacional C1 e conceder à Associação DH Tarouca, para esse efeito, um

subsídio no valor de € 7.500,00 (sete mil e quinhentos euros), destinado ao pagamento de despesas com a realização da referida prova, de acordo com o orçamento apresentado por aquela Associação, e ainda assegurar a publicidade do evento, a montagem do quadro elétrico, as estadias dos comissários e a disponibilização de outros meios próprios para apoio à realização da prova e à participação do público, por se reconhecer o interesse para o município na realização da referida prova de DownHill. (o) do nº 1 do artigo 33º do anexo I à Lei nº 75/2013, de 12.09)

PONTO 12 - ALTERAÇÃO AO NÚMERO MÁXIMO TOTAL DE SUBUNIDADES ORGÂNICAS DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS - PROPOSTA

Presente a proposta do **Senhor Presidente da Câmara**, que a seguir se transcreve:

"ALTERAÇÃO DO NÚMERO MÁXIMO TOTAL DE SUBUNIDADES ORGÂNICAS DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS

PROPOSTA

O Decreto-Lei nº 305/2009, de 23 de outubro, veio estabelecer o novo regime de organização dos serviços das autarquias locais.

Em 27.12.2012, a Assembleia Municipal, em cumprimento do disposto no artigo 19º daquele diploma, procedeu à revisão dos serviços municipais, tendo definido que a dotação máxima de subunidades orgânicas era de sete.

De acordo com a alínea b) do nº2 do artigo 4º do citado diploma, consideram-se "Subunidades orgânicas" as unidades lideradas por pessoal com funções de coordenação.

Considerando a atual necessidade de coordenação de outros serviços municipais, mediante a criação de secções, tendo em vista melhorar a respetiva eficácia e eficiência de funcionamento,

proponho a V. Exas. que, ao abrigo do disposto na alínea d) do artigo 6º do citado Decreto-Lei nº 305/2009, de 23.10, esta Câmara Municipal delibere propor à Assembleia Municipal a alteração do número máximo total de subunidades orgânicas dos serviços municipais que passa a ser de **10 (dez)**.

Paços do Município, 9 de fevereiro de 2018

O Presidente da Câmara,

Valdemar de Carvalho Pereira"

O Senhor Vereador Afonso Manuel Batista Dias perguntou qual a razão porque é proposto o aumento do número de subunidades orgânicas.

O Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo informou que se destina a permitir a valorização profissional de alguns trabalhadores, que já exercem funções de coordenação.

Discutido o assunto, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta e propor à Assembleia Municipal que, ao abrigo do disposto na alínea d) do artigo 6º do citado Decreto-Lei nº 305/2009, de 23.10, aprove a alteração do



El. 177
[Handwritten signature]

MUNICÍPIO DE TAROUCA

CÂMARA MUNICIPAL

número máximo total de subunidades orgânicas dos serviços municipais para 10 (dez).

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 13 - PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO DA ALIENAÇÃO DO EDIFÍCIO COMPOSTO POR 2 BLOCOS (12 FOGOS), SITO NO LUGAR DE SOUTO MERCADO, NA CIDADE DE TAROUCA E FIXAÇÃO DAS RESPECTIVAS CONDIÇÕES GERAIS - PROPOSTAS

Presente a proposta do **Senhor Presidente da Câmara**, que a seguir se transcreve:

"PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO DA ALIENAÇÃO DO EDIFÍCIO COMPOSTO POR 2 BLOCOS (12 FOGOS), SITO NO LUGAR DO SOUTO DO MERCADO, NA CIDADE DE TAROUCA E FIXAÇÃO DAS RESPECTIVAS CONDIÇÕES GERAIS

PROPOSTA

Em 2002, o Município de Tarouca construiu no Lugar de Souto do Mercado, na cidade de Tarouca, um edifício composto por dois blocos, cada um com rés-do-chão, primeiro e segundo andares e cave comum.

Este edifício foi construído com o apoio do Instituto Nacional de Habitação e financiamento complementar bonificado, destinando-se a arrendamento no regime de renda apoiada (Decreto-Lei n° 163/93, de 7 de maio).

Decorridos 15 anos sobre aquela data, temos vindo a receber inúmeros pedidos dos arrendatários manifestando interesse na aquisição das respetivas habitações.

Considerando que:

- * já cessou a vigência do ónus de inalienabilidade daqueles fogos;
- * o direito de acesso das famílias a uma habitação própria permanente;
- * a necessidade de obter receitas de capital próprias;
- * efetuado o cálculo do preço máximo de venda dos fogos, nos termos da legislação aplicável, o valor total do edifício é de € 654 852, conforme informação dos serviços que se anexa,

proponho a V.Exas que esta Câmara Municipal delibere, no uso da competência prevista na alínea ccc) do n°1 do artigo 33° do Anexo I à Lei n° 75/2013, de 12.09, solicitar à Assembleia Municipal a **autorização prevista na alínea i) do n°1 do artigo 25° do referido diploma, para alienação do prédio urbano composto por edifício de dois blocos, cada um com rés-do-chão, primeiro e segundo andar e cave comum, destinado a habitação, sito no lugar do Souto do Mercado, freguesia da União das Freguesias de Tarouca e Dálvares, concelho de Tarouca, inscrito na respetiva matriz sob o artigo 2338° e descrito na Conservatória do registo Predial de Tarouca sob o n° 02610 de 14 de janeiro de 2003 e ali inscrito a favor do Município de Tarouca sob a apresentação n°2 de 15 de outubro de 2003, a submeter ao regime da propriedade horizontal, nas seguintes condições:**

1-Alienação direta aos arrendatários ou aos membros do respetivo agregado familiar, mediante requerimento do próprio, na sequência de notificação para o efeito.

2-Preço máximo de venda:

T2: € 51 846,00

T3: € 60 741,00

3-Desconto de 40%, para pronto pagamento do preço de compra e venda.

4-Ónus de não alienação: 5 após a aquisição. O ónus de inalienabilidade está sujeito a registo e cessa automaticamente ocorrendo a morte ou invalidez permanente e absoluta do adquirente, ou pelo decurso do prazo, salvo se outro regime decorrer da legislação aplicável.

A Câmara Municipal pode autorizar a extinção dos ónus e condições previstos nos números anteriores, por motivos de força maior devidamente fundamentados e documentados.

5- A alienação é efetuada sem reserva de propriedade, em que o preço é pago na sua totalidade no ato de escritura pública ou de celebração do documento particular autenticado de compra e venda, transmitindo-se a propriedade plena do imóvel.

6- O Município de Tarouca reserva-se o direito de não alienar qualquer imóvel por razões de interesse público.

7 - Podem requerer a alienação, pela seguinte ordem de preferência:

a) O titular do contrato de arrendamento apoiado;

b) A pedido do titular do contrato de arrendamento apoiado, o cônjuge ou quem com ele viva em regime de união de facto, os descendentes ou afins em linha reta, todos com residência efetiva no imóvel há pelo menos cinco anos, sempre com reserva de usufruto vitalício a favor daquele e outros eventualmente indicados pelo mesmo;

c) A apreciação do requerimento e a concretização da alienação do imóvel está sujeita ao preenchimento dos seguintes requisitos cumulativos:

i) Contrato de arrendamento apoiado em vigor há pelo menos cinco anos; e

ii) Cumprimento pontual da obrigação de pagamento da renda nos 12 meses que antecedem o pedido, podendo o procedimento ser suspenso em caso verificação de mora no pagamento de renda posterior ao início do procedimento;

8 - O preço de venda é arredondado para a unidade de euro imediatamente superior.

9 - O preço de venda manter-se-á inalterado desde a data de aprovação da alienação pelo órgão competente, até ao limite máximo de seis meses após a data de disponibilização pelo Município ao interessado de toda a documentação necessária à formalização da alienação.

Tarouca, 09.02.2018

O Presidente da Câmara,

a) Valdemar de Carvalho Pereira"

O Senhor Presidente da Câmara disse o seguinte:



MUNICÍPIO DE TAROUCA

CÂMARA MUNICIPAL

"Há arrendatário que já manifestaram vontade em comprar os apartamentos.

Por outro lado, aqueles fogos são um grande encargo para a Câmara Municipal e ficava satisfeito se os interessados comprassem.

Terminou o prazo legal que impedia a venda das habitações. Estamos a tentar ajudar as pessoas, porque são construções sociais."

Discutido o assunto, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta e solicitar à Assembleia Municipal a autorização prevista na alínea i) do n.º 1 do artigo 25.º do referido diploma, para alienação do prédio urbano composto por edifício de dois blocos, cada um com rés-do-chão, primeiro e segundo andar e cave comum, destinado a habitação, sito no lugar do Souto do Mercado, freguesia da União das Freguesias de Tarouca e Dálvares, concelho de Tarouca, inscrito na respetiva matriz sob o artigo 2338.º e descrito na Conservatória do registo Predial de Tarouca sob o n.º 02610 de 14 de janeiro de 2003 e ali inscrito a favor do Município de Tarouca sob a apresentação n.º 2 de 15 de outubro de 2003, a submeter ao regime da propriedade horizontal, nas seguintes condições:

1-Alienação direta aos arrendatários ou aos membros do respetivo agregado familiar, mediante requerimento do próprio, na sequência de notificação para o efeito.

2-Preço máximo de venda:

T2: € 51 846,00

T3: € 60 741,00

3-Desconto de 40%, para pronto pagamento do preço de compra e venda.

4-Ónus de não alienação: 5 após a aquisição. O ónus de inalienabilidade está sujeito a registo e cessa automaticamente ocorrendo a morte ou invalidez permanente e absoluta do adquirente, ou pelo decurso do prazo, salvo se outro regime decorrer da legislação aplicável.

A Câmara Municipal pode autorizar a extinção dos ónus e condições previstos nos números anteriores, por motivos de força maior devidamente fundamentados e documentados.

5- A alienação é efetuada sem reserva de propriedade, em que o preço é pago na sua totalidade no ato de escritura pública ou de celebração do documento particular autenticado de compra e venda, transmitindo-se a propriedade plena do imóvel.

6- O Município de Tarouca reserva-se o direito de não alienar qualquer imóvel por razões de interesse público.

7 - Podem requerer a alienação, pela seguinte ordem de preferência:

a) O titular do contrato de arrendamento apoiado;

b) A pedido do titular do contrato de arrendamento apoiado, o cônjuge ou quem com ele viva em regime de união de facto, os descendentes ou afins em linha reta, todos com residência efetiva no imóvel há pelo menos cinco anos, sempre com

reserva de usufruto vitalício a favor daquele e outros eventualmente indicados pelo mesmo;

c) A apreciação do requerimento e a concretização da alienação do imóvel está sujeita ao preenchimento dos seguintes requisitos cumulativos:

i) Contrato de arrendamento apoiado em vigor há pelo menos cinco anos; e

ii) Cumprimento pontual da obrigação de pagamento da renda nos 12 meses que antecedem o pedido, podendo o procedimento ser suspenso em caso verificação de mora no pagamento de renda posterior ao início do procedimento;

8 - O preço de venda é arredondado para a unidade de euro imediatamente superior.

9 - O preço de venda manter-se-á inalterado desde a data de aprovação da alienação pelo órgão competente, até ao limite máximo de seis meses após a data de disponibilização pelo Município ao interessado de toda a documentação necessária à formalização da alienação.

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta, para produzir efeitos imediatos.

Nada mais havendo a tratar, o **Senhor Presidente da Câmara** declarou encerrada a reunião pelas onze horas, da qual se lavrou a presente ata.

E eu, *Luís Maria dos Reis Teixeira*, Chefe de Divisão da Divisão Administrativa e Financeira, a subscrevi.

